

JULHO 2023

# RACISMO NO AMBIENTE ACADÊMICO



Academia de  
Ciências da Bahia

# APRESENTAÇÃO

---

Na edição anterior dos relatórios da Academia de Ciências da Bahia (ACB), a pauta se firmou no tema do financiamento da pesquisa, nesta edição, que contou com a parceria do Instituto Ciência na Rua, vamos enveredar por um assunto que a ciência brasileira pouco se debruça. A universidade, a imprensa e tomadores de decisão, por anos, tornaram a pauta racial uma questão secundária, foram lenientes como diz o convidado Muniz Sodré, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a imprensa não deu espaços devido, sendo também negligente, como coloca a jornalista Mariluce Moura, professora aposentada da UFBA e, sobretudo nos últimos quatro anos, uma onda discursiva buscou invalidar as questões identitárias, criando um debate que coloca em lados opostos as medidas afirmativas e a excelência acadêmica, como trouxe a Pró-Reitora da UFBA, Cássia Virgínia Maciel. Todos esses nomes citados participaram do webinar “Racismo e preconceito no universo acadêmico”, promovido pela Academia de Ciências da Bahia e do projeto Ciência na Rua, sob a mediação da professora e vice-presidente da Academia de Ciências da Bahia, Evelina Hoisel, com pontuações no debate. Nas linhas a seguir, reunimos falas e análises desses três convidados que permitem uma reflexão profunda e bem localizada do problema do racismo.



Para o acesso ao webinar:  
<https://bit.ly/Racismo-AmbienteAcademico>

# 03.

Muniz Sodré de Araújo Cabral possui graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1964), mestrado em Sociologia da Informação e Comunicação - Université de Paris IV (Paris-Sorbonne) (1967) e doutorado em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1978) e é Livre-Docente em Comunicação pela UFRJ. Atualmente é Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi Presidente da Fundação Biblioteca Nacional de 2005 a 2011, órgão vinculado ao Ministério da Cultura. Possui cerca de 40 livros publicados nas áreas de Comunicação e Cultura. Ocupa a cadeira 33 na Academia de Letras da Bahia. É o titular 2021 da Cátedra Otávio Frias Filho.



**Muniz Sodré**



**Cássia Virgínia Maciel**

Graduada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), possui especialização em Gestão de Pessoas no Serviço Público com Ênfase em Gestão por Competências. Atualmente exerce o cargo de Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA (PROAE/UFBA). Além disso, é membro do Observatório de Políticas Afirmativas/FONAPRACE/ANDIFES. Membro do Grupo de estudos em relações Raciais e Psicanálise, tem mestrado em Estudos Étnicos e Africanos-Pós Afro/FFCH/UFBA e atualmente está realizando doutorado na Universidade de São Paulo (UPS), onde é membro do Grupo de Pesquisa Psicologia e Relações Étnico-raciais (Bem Viver USP).

Mariluce Moura é jornalista de ciência há 35 anos (dos 54 anos dedicados ao exercício da profissão), professora titular aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA), reintegrada em 2015 pela Comissão da Anistia 40 anos após a demissão por perseguição da ditadura civil-militar de 1964-1985, é mestra e doutora em Comunicação pela UFRJ e pós-doutora pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp. É criadora da *Pesquisa Fapesp*, maior revista de divulgação científica brasileira, a qual dirigiu por 15 anos, de 1999 a 2014.[1] Foi presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Científico e é diretora-presidente do Instituto Ciência na Rua, organização não governamental voltada à prática e à pesquisa do jornalismo de ciência para o público jovem. Foi repórter e editora no Jornal da Bahia, Tribuna da Bahia, O Globo, Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil, Exame, Senhor e Isto.



**Mariluce Moura**

## ***Leniência ou miopia, as questões raciais ainda são um desafio para a ciência brasileira***

Qual a relevância e como o Brasil tem colocado a pauta racial na ciência? Em 2012, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) estava para votar sobre a Política de Cotas Raciais, as universidades, artistas e a chamada grande imprensa manifestaram-se contra. Todos fazendo coro contra a política afirmativa que mudou o panorama humano das salas de aula das universidades públicas brasileiras. O webinar **“Racismo e preconceito no universo acadêmico”**, promovido pela Academia de Ciências da Bahia (ACB), trouxe para o debate o professor e pesquisador **Muniz Sodré, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**. A fala do pesquisador é um convite a pensar como a academia negligenciou por anos as questões raciais.

Em uma sociedade construída como base na violência e no racismo estrutural, o quadro que conforma o pensamento social brasileiro, mesmo aquele marcadamente progressista, foi indiferente em relação ao preconceito racial, afirma Sodré, autor da publicação *O fascismo da cor* (Vozes). Formado em direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em sociologia pela Université de Paris IV (Paris-Sorbonne), Muniz Sodré doutorou-se em Letras pela UFRJ, onde hoje é professor emérito.

Ele iniciou sua fala ponderando que o preconceito faz parte da forma como depreendemos o mundo, mas o que está em cheque é o preconceito racial e, sobre este tema, o ambiente acadêmico ainda tem passos largos a dar. “A ciência brasileira não prestou atenção ao preconceito racial. As grandes obras que falam dos efeitos da escravidão falam de classe, de desigualdades (...) Mesmo Celso Furtado, um homem voltado ao Nordeste, ou Maria Conceição Tavares, ou seja, nomes que formam o quadro epistemológico do pensamento progressista do Brasil foram lenientes com a questão racial. **Durante anos, a contradição racial foi tratada na academia como uma questão secundária**”, aponta o pesquisador.

Para Muniz Sodré, a questão racial eclodiu com força a partir dos Estados Unidos, mas aqui no Brasil, do ponto de vista de uma discussão séria não se deu dessa forma. **"Eu ouvi diversas vezes que não havia racismo no Brasil, que isso era a invenção dos Estados Unidos"**. Nesse sentido, Sodré declara: "o que vejo ao abrir 'as cortinas de passado', citando Ari Barroso, não é cheiro de mar, é cheiro de naftalina, porque os pensamentos não se renovam".

E as políticas de cotas, exemplo claro de como medidas afirmativas estão reformulando inclusive os rumos das pesquisas brasileiras, mudaram a cor das salas de aula, o "panorama humano" da UFRJ, UFBA, e outros ambientes que mantiveram por anos uma estética colonizadora, embranquecida, que tolhia desses lugares pessoas negras. "Mudou de forma intensa, nas plateias, nos congressos, eu via a diferença quando eu ia aí na Bahia e a Universidade foi contra, houve uma intelectualidade orgânica que foi contra as cotas, um manifesto com 200 assinaturas de artistas. **Houve uma reação 'elitária' porque o pensamento de esquerda não era antirracista"**.

**"As grandes obras que falam dos efeitos da escravidão falam de classe, de desigualdades (...)"**

Muniz Sodré  
UFRJ



O professor cita um argumento teórico do pensador brasileiro Caio Prado Júnior que afirma que os negros escravizados não foram aproveitados para tarefas nas fábricas porque vieram de regiões da África não industrializadas. “Isso não é verdade, os negros tinham plena competência para atividades operárias. Não foram por racismo”, discorre o professor. Esse exemplo é dado não no sentido acusativo, mas para ilustrar como a produção científica também possui marcas da racialização dos corpos negros. Para encerrar, o pesquisador afirma de forma veemente; “Houve um *etus* preconceituoso na academia também que ainda não terminou e que precisa ser melhor elucidado”.



---

## ***A noção de prestígio da Universidade disputa com a cor de seus estudantes?***

Se de um lado a abertura das universidades para o brasileiro preto, de origem social desfavorecida, levou a academia a um grande embate, manter esses estudantes é outro ponto importante das políticas afirmativas e faz parte do trabalho que é gerido pela **Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE/UFBA), Cássia Virgínia Maciel**. Sua contribuição, “mais localizada”, apresenta desafios práticos das ações para permitir que os estudantes consigam concluir suas graduações na UFBA. zz

Grandes tensões do capital recaem sobre o ambiente acadêmico, sob as diferentes manifestações do capitalismo, eclodem questões como a necessidade de rentabilidade da pesquisa, dos cursos, o quanto se gasta com o estudante e o retorno. Somado a isso, nos últimos quatro anos, medidas coercitivas do governo federal tornaram ainda mais desafiador lutar pela educação daqueles que ingressam no ambiente acadêmico em condições desfavoráveis.

De um prisma ultraconservador, **a última gestão agiu no sentido de fragilizar as políticas afirmativas**, seja por meio de cortes orçamentários ou com um discurso que põe em cheque a necessidade de políticas e ações identitárias. Com ações diretas para que a questão racial fosse retirada das políticas de cotas, um **projeto de lei** do deputado Hélio Lopes visava deixar como critério a escolaridade e a renda, exclusivamente.



# "Como se uma universidade popular não fosse corresponder a essa expectativa (a da excelência)",

Cássia Virgínia Maciel  
Pro-Reitora da UFBA

---

Nessa perspectiva, é compreendido pelo ambiente acadêmico que existe um discurso que confronta a excelência e o projeto de popularização da Universidade. Ou seja, **a entrada de estudante negro, de baixa renda, que acessa a universidade por meio das políticas de cotas, ainda hoje é considerado por diversos grupos como uma ameaça à qualidade da universidade.** A respeito desse debate, a pesquisadora indaga sobre os padrões que medem essa excelência. **"Há toda uma pressão para que as universidades entreguem algo, um determinado produto"**, pontua a pró-Reitora da UFBA, desde 2014. Mas o que seria este produto que de fato se torna pertinente para a academia refletir?

Para encontrar esta resposta, seguimos com a pesquisadora, ao questionar qual o papel estratégico da universidade no desenvolvimento social do país. “Como se uma universidade popular não fosse corresponder a essa expectativa”, pontua a psicóloga, atualmente doutoranda na Universidade de São Paulo (USP). Para ilustrar esse debate, a professora fala sobre os desafios para implantar políticas de cotas no corpo docente, espaço ainda muito branco e elitizado, citando uma fala que declarava que “essa medida pode comprometer o prestígio da universidade (USP)” – dita pelo reitor Carlos Alberto Júnior em entrevista para Folha de S. Paulo.

Do ponto de vista da psicologia social, **Cássia Virgínia afirma que a cognição da elite brasileira pensa a universidade como seu espaço**. Por meio de diferentes formas de racismo, seja ele cordial, aversivo, ambivalente, nossa sociedade construiu um campo da subjetividade, em que há um horizonte de expectativa de uma igualdade, mas que nunca se alcança. “Há sempre uma promessa de integração que não acontecerá (...). A universidade não está livre desses atravessamentos”.

E pensando **na UFBA, historicamente, em 2004 a universidade aprovou a política de cotas na graduação. Em 2017, aprovou as cotas na pós-graduação e, em 2019, atendendo a demandas sociais e jurídicas, implantou a Comissão Permanente de Heteroidentificação Complementar à Autodeclaração**. Essa comissão desde 2019 avalia os estudantes que se declaram como negros e pardos, para evitar fraldes e alcançar o público ao qual se dedicam as políticas afirmativas. E com essa medida tem modificado a cor do corpo estudantil.

A UFBA hoje é maior que muitos municípios. Isso porque, o corpo discente é formado por 38 mil graduandos e oito mil pós-graduandos, o corpo docente tem mais de 3 mil professores. Além disso, são mais de 3 mil servidores técnico-administrativos e nove mil terceirizados. Entre todas essas pessoas, há negros, indígenas, pessoas trans, pessoas com deficiências. “Toda uma diversidade que se configura como uma potência”. Ela conclui sua fala afirmando a necessidade da universidade refletir sobre essa pluralidade e potencialidade.



# ***A imprensa já levou o racismo a sério?***

O jogador Vini JR, atacante do Real Madrid, vivenciou em maio deste ano uma brutal agressão racista: foi xingado por um jogador do time com o qual competia, apupado pelo público, foi expulso do jogo, chorou e fez muitos chorarem. Dentro e em torno do campo de futebol, discursos inibidos em outros espaços, transbordaram. O caso foi abordado na fala da professora e jornalista Mariluce Moura sobre racismo, iniciada com a exibição de um trechinho de dois minutos de uma entrevista sobre ataques racistas no ambiente acadêmico concedida pelo físico Alan Alves Brito a Manoel Pereira.

Ela apresentou Alan Alves Brito como um baiano notável, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ganhador, em 2022, do prêmio José Reis de Divulgação Científica e Tecnológica concedido pelo CNPq, na categoria de pesquisador e escritor. A par de suas pesquisas como astrofísico, ele tem concebido variadas e belas iniciativas de popularização da ciência no país, dentre as quais vale destacar a Akotirene Kilombo Ciência, projeto desenvolvido junto com a Comunidade Kilombola Morada da Paz, em Triunfo, RS. No trecho da entrevista apresentado, narra em detalhes a Manoel Pereira os execráveis atos racistas praticados contra ele por alunos e colegas dentro da respeitada universidade gaúcha. Pereira, também professor de física, também negro, é criador e faz parte do *Ser Tão Ciência*, um interessantíssimo veículo de divulgação científica via redes sociais a partir do Semiárido baiano.

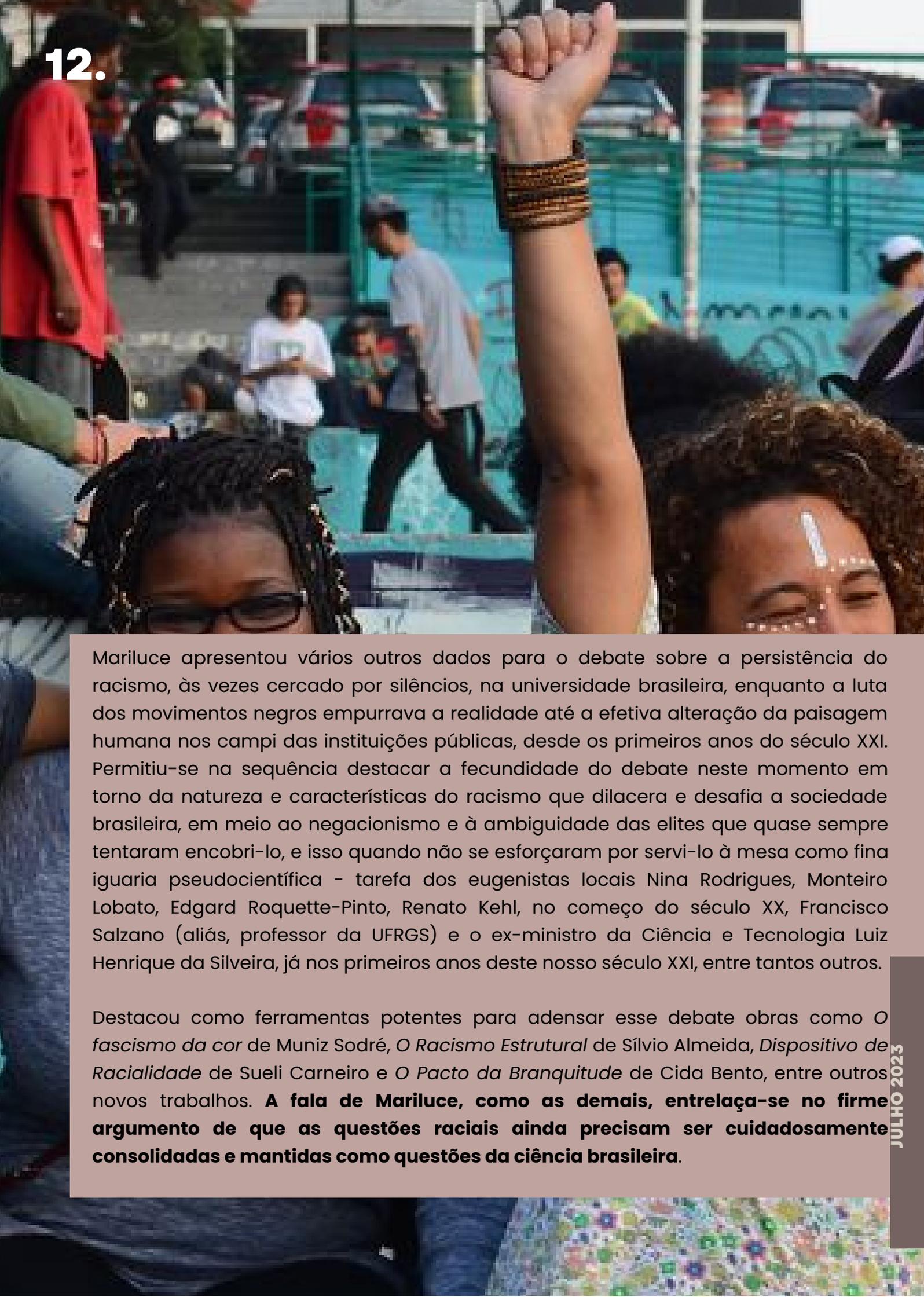
# "Os ataques racistas dirigidos ao excepcional jogador de futebol Vini Jr. no domingo, 21 de maio – que nem de longe foram os primeiros nos estádios da Europa – transformaram-se no dia seguinte (...)num evento político"

Mariluce Moura

UFBA e Ciência na Rua

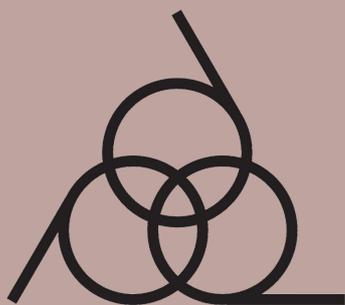
Mariluce buscou destacar pelos exemplos de Alan e de Vini a diferença da reação social que pode cercar os atos racistas: um silêncio conivente ou a indignação vigorosamente manifestada. "Os ataques racistas dirigidos ao excepcional jogador de futebol Vini Jr. no domingo, 21 de maio – que nem de longe foram os primeiros nos estádios da Europa – transformaram-se no dia seguinte, por uma série de razões, inclusive a cobrança direta de providências pelo governo brasileiro ao governo espanhol (a partir de uma fala do próprio presidente Lula), num evento político", disse. Daí o episódio foi alçado à condição de grande acontecimento midiático, levando o tema do racismo, nos dias seguintes, ao primeiro plano dos debates públicos puxados pelos meios de comunicação.

Por curiosa coincidência, no mesmo 22 de maio, o Conselho Universitário da USP aprovava as cotas raciais (20%) nos concursos de docentes e servidores técnicos com mais de três vagas, uma decisão histórica segundo o reitor Carlos Gilberto Carlotti Jr – e inócua, no julgamento da *Folha de S. Paulo*, com base no dado de que, nos editais de 140 concursos lançados e concluídos em 2022, apenas um previa a abertura de mais de três vagas. Seja como for, a USP, a maior e mais bem avaliada universidade brasileira e a última a adotar cotas raciais para o ingresso de estudantes, tentava com a medida alterar uma realidade espantosa, ou seja, ter apenas 2,29% do seu quadro de 5412 docentes formados por professores pretos e pardos, num país em que 54% da população é negra.



Mariluce apresentou vários outros dados para o debate sobre a persistência do racismo, às vezes cercado por silêncios, na universidade brasileira, enquanto a luta dos movimentos negros empurrava a realidade até a efetiva alteração da paisagem humana nos campi das instituições públicas, desde os primeiros anos do século XXI. Permitiu-se na sequência destacar a fecundidade do debate neste momento em torno da natureza e características do racismo que dilacera e desafia a sociedade brasileira, em meio ao negacionismo e à ambiguidade das elites que quase sempre tentaram encobri-lo, e isso quando não se esforçaram por servi-lo à mesa como fina iguaria pseudocientífica - tarefa dos eugenistas locais Nina Rodrigues, Monteiro Lobato, Edgard Roquette-Pinto, Renato Kehl, no começo do século XX, Francisco Salzano (aliás, professor da UFRGS) e o ex-ministro da Ciência e Tecnologia Luiz Henrique da Silveira, já nos primeiros anos deste nosso século XXI, entre tantos outros.

Destacou como ferramentas potentes para adensar esse debate obras como *O fascismo da cor* de Muniz Sodré, *O Racismo Estrutural* de Sílvio Almeida, *Dispositivo de Racialidade* de Sueli Carneiro e *O Pacto da Branquitude* de Cida Bento, entre outros novos trabalhos. **A fala de Mariluce, como as demais, entrelaça-se no firme argumento de que as questões raciais ainda precisam ser cuidadosamente consolidadas e mantidas como questões da ciência brasileira.**



Academia de  
Ciências da Bahia



Texto: Karina Costa

Editor-Chefe: Evelina Hoisel

Edição: JULHO, 2023

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8173327>